

AGENDA BRASIL – Agosto 2015

As reações ao conjuntos de propostas levadas pelo Sen. Renan Calheiro à Pres. Dilma



Super Renan! - Política - Política

-

JOSIASDESOUZA.BLOGOSFERA.UOL.COM.BR|POR [BLOG DO JOSIAS](#)

INDICE

1.Um ajuste fiscal para pagar quem? Renan Truffi

2.Será o Rubicão? Valter Pomar

3.Agenda Contra o Brasil - G. Boulos

**4.“Agenda Brasil” é o fim das conquistas da Constituição de
1988-Cebes**

**5.Renan se alia a Serra, golpeia Petrobras e é acionado no STF
- PDT**

6.A xepa de feira de Renan, Dilma e Levy - Elio Gaspari

*

1. Um ajuste fiscal para pagar quem?

por Renan Truffi — publicado 12/08/2015 00h26, última modificação 12/08/2015 13h20

<http://www.cartacapital.com.br/economia/um-ajuste-fiscal-para-pagar-quem-6102.html>

O Ministério da Fazenda utiliza a lei de sigilo bancário para proteger dados dos detentores da dívida pública brasileira, em torno de 2,58 trilhões de reais

inShare

Reprodução



Ministério da Fazenda nega dados sobre as instituições que recebem os juros da dívida pública

Leia também

“A dívida pública é um mega esquema de corrupção institucionalizado”

Déficit evidencia gravidade de processo desencadeado por ajuste fiscal severo

Um 'ajuste' no ajuste fiscal de Joaquim Levy

Governo corta mais R\$ 8,6 bi para pagar juros da dívida pública

Em vez de cortar gastos sociais, auditar a dívida

E se o Brasil submeter o “ajuste fiscal” a plebiscito?

Como combater a oligarquia financeira?

"Ajuste fiscal permitirá inclusão social e crescimento"

“Nosso compromisso é de continuar a garantir a disciplina fiscal até pela necessidade de estarmos atentos à dinâmica da dívida pública.” Foi assim que, no mês de julho, o ministro da Fazenda, [Joaquim Levy](#), anunciou [mais um corte de 8,6 bilhões](#) de reais no Orçamento do País como parte do [ajuste fiscal](#).

A redução de gastos em áreas como educação, saúde e cidades tem como objetivo principal pagar os [juros da dívida pública](#), é o chamado [superávit primário](#). Mas para onde vai esse dinheiro? Quem recebe esses juros? Mesmo com uma solicitação da reportagem de *CartaCapital*, o governo se nega a divulgar os dados em tempos de Lei de Acesso à Informação.

A dívida pública é um instrumento comum usado por governos para custear investimentos ou complementar recursos em benefício da população. No caso do governo federal, funciona assim: o Tesouro Nacional lança os títulos da dívida pública e o Banco Central os vende em leilão, do qual só podem participar 12 instituições credenciadas.

Essas instituições são basicamente grandes bancos mundiais, corretoras e distribuidoras independentes, como o Citibank, o Banco Safra, o Santander, o Itaú e o HSBC, entre outros. E essas empresas, por sua vez, podem negociar os títulos da dívida pública com terceiros ou usufruir dos juros pagos pelo governo.

Por conta disso, a dívida pública está atualmente no [patamar de 2,58 trilhões](#) de reais, segundo informações divulgadas pela Secretaria do Tesouro Nacional. Com isso, somente em junho, as [despesas com juros](#) totalizaram 23 bilhões de reais ao governo federal.

As informações sobre o destino desses títulos que geram tantos juros para o Orçamento param por aí. A única coisa que se sabe sobre o destino de todo o dinheiro é divulgado mensalmente pelo Ministério da Fazenda em um relatório com categorias genéricas que representam o setor de atuação dos detentores dessa dívida.

Em junho, por exemplo, sabe-se por este balanço federal que a maior parcela da dívida pública brasileira estava nas mãos de “Instituições Financeiras” e “Fundos de Investimentos”, com 46,3% dos títulos emitidos pelo governo, o que representa pouco mais de 1,1 trilhão de reais. O nome dado pelo governo leva a crer que são bancos privados e públicos, mas quais e de que países?

Os juros da dívida brasileira são um dos mais rentáveis do mundo, segundo o índice da Bloomberg. A taxa de rendimento dos títulos do governo brasileiro é

de 5%, atrás apenas de Índia (7,80%) e Grécia (9,91%), país que também enfrenta a austeridade fiscal imposta pelos credores. Na lista divulgada pelo governo aparece, por exemplo, a categoria de “Não residentes”, responsável por uma parcela de 20,04% (493 bilhões de reais) dos papéis. Em seguida, estão os segmentos: “Previdência”, 19,03%; “Governo”, 5,74%; “Seguradoras”, 4,15%, e “Outros”, 4,70%.

“O volume da dívida é uma coisa assustadora, o governo abre mão da sua soberania (*com o pagamento de juros para os bancos*). As vítimas do ajuste fiscal são os pobres. Por que ter medo de enfrentar essa situação, de enfrentar o capital financeiro e os banqueiros?”, critica o [deputado federal Edmilson Rodrigues](#) (PSOL-PA).

A reportagem procurou a assessoria de imprensa do Ministério da Fazenda para ter acesso a mais detalhes sobre os atuais donos dos títulos e, conseqüentemente, recebedores dos juros pagos todos os meses pelo governo com dinheiro público. O órgão respondeu dizendo que as “informações requeridas são protegidas por sigilo, conforme dispõe a Lei Complementar nº 105/2001”. A legislação citada pelo ministério é a lei de sigilo bancário.

“A transparência dos atos públicos está prevista até na Constituição Federal. Todos os outros gastos estão abertos no Portal das Transparência. Os salários de todos os servidores ativos e aposentados estão escancarados. Qual é a diferença?”, questiona a coordenadora nacional do movimento Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lucia Fattorelli.

O grupo reivindica a auditoria da dívida pública brasileira como forma de “desmascarar” possíveis fraudes nos títulos que estão em poder de bancos e grandes empresas, assim como a prática de juros sobre juros. O [mercado financeiro](#) costuma reagir classificando a proposta de “calote”.

CartaCapital protocolou, na segunda-feira 10, um pedido por meio da Lei de Acesso à Informação para que o governo federal forneça dados, como CPF/CNPJ dos detentores da dívida pública brasileira. O Ministério da Fazenda tem 20 dias, prorrogáveis por mais 10, para responder ao pedido. No entanto, nas oportunidades em que o Auditoria Cidadã da Dívida fez a mesma solicitação, o governo negou acesso ao citar também a lei do sigilo bancário.

Apesar da justificativa, outros países costumam disponibilizar essas informações. A população grega, cujo governo [negociou com credores europeus](#) para pagar sua dívida e se manter na Zona do Euro, sabe que os maiores detentores da dívida do País são [instituições financeiras da Alemanha](#), França, [Itália](#), além do Fundo Monetário Internacional.

“Até os Estados Unidos divulgam. Tanto que sabemos que o Brasil é um dos grandes detentores da dívida americana”, afirma Maria Lucia Fattorelli, que auditou as dívidas de Grécia e Equador, a convite dos seus respectivos governos. “Não se trata de uma simples operação bancária, mas de uma operação de financiamento do Estado”, complementa.

2.Será o Rubicão?

Valter Pomar - quarta-feira, 12 de agosto de 2015

<http://valterpomar.blogspot.com.br/2015/08/sera-o-rubicao.html>

Tenho a impressão de que na maioria dos casos, com exceção daquela primeira vez, a gente só percebe o Rubicão depois que passou por ele.

Faço esta observação a pretexto da tal "agenda Brasil".

Na minha opinião, esta "agenda" é uma espécie de **contra-constituição de 1988**.

O grande capital, a oposição de direita e o PIG sempre disseram que os direitos previstos na Constituição de 1988 tornavam o país ingovernável.

Eles achavam isto em 1988 e seguem achando agora.

Volta e meia dizem que tais direitos estão acima da capacidade econômica do país, omitindo o quanto de nossas riquezas é expropriada pela classe dominante e seus aliados externos e internos.

E não considerando o quando cresceríamos caso implementássemos uma política econômica e reformas estruturais que tivessem como objetivo viabilizar aqueles direitos.

A "agenda Brasil" é uma das materializações desta opinião anti-"constituição cidadã".

Os impactos da implementação desta "agenda" seriam desastrosos, tanto para o povo quanto para o país.

Para a classe dominante e seus aliados, ao contrário, fariam bem.

Entre outras muitas coisas, sobraria mais espaço livre nos aeroportos e estádios novos.

Em certo sentido, estratégico, mais desastrosa ainda seria uma eventual adesão do governo ou de setores da esquerda a esta agenda.

Pois isto significaria atravessar o tal Rubicão.

Afinal, já não estaríamos mais diante de um ajuste recessivo, que é apresentado como necessário, apesar de doloroso, mas sobretudo passageiro.

No caso da "agenda Brasil" ser convertida, no todo ou em parte, em programa de governo, estaríamos diante de um programa de desmonte não apenas do que foi feito desde 2003, mas de um programa de desmonte do que se conquistou nos anos 1980.

É bom lembrar: no final dos anos 1980 achávamos (com razão) insuficiente o

que a "constituição cidadã" garantia.

Não admira que a "agenda Brasil" apareça quando se discute uma lei supostamente anti-terrorista, mas que na verdade visa conferir legalidade à repressão aos movimentos sociais.

O governo deve estimular a contradição entre Renan e Cunha, mas isto não significa aderir ao programa derrotado apresentado pelo policial bom, supostamente para nos proteger do "policial malévolo".

Uma nota final: neste e noutros casos, fica patente que a crise não é apenas conjuntural.

O lado de lá, assim como lado de cá, estão insatisfeitos com o status quo mais geral.

Por isto eles apresentam uma espécie de "constituente congressional sem povo"; por isto crescentes setores da esquerda falam de Assembleia Constituinte.

Por isto volta e meia pensamos no Rubicão.

3.AGENDA CONTRA O BRASIL - 13/08/15

por G. Boulos

Quando você acha que está ruim, vemos que sempre é possível piorar. A Agenda Brasil, proposta pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), como "saída para a crise", é um verdadeiro descalabro. Nem o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso ousou tanto. O pacote é uma ofensiva brutal contra os direitos sociais e os interesses populares.

Que a presidente Dilma Rousseff faça considerações simpáticas a tal agenda é "estrangeira". Mostra que para enfrentar a crise política e o risco de impeachment parece estar disposta a ceder a tudo. A possível repactuação de unidade nacional caminha para deixar o povo de fora. Uma repactuação entre os de cima.

Dentre as medidas propostas cabe destacar cinco.

Instituição fiscal independente, ou sem eufemismos, autonomia do Banco Central. A mesma autonomia que a campanha de Dilma combateu no ano passado e que significa entregar o ouro da política econômica nas mãos de alguém sem mandato eletivo, sem legitimação popular. Só interessa ao mercado financeiro.

Ampliação da idade mínima para aposentadoria. Não satisfeitos em fazer ajuste fiscal em cima dos trabalhadores da ativa, querem então penalizar os aposentados. Trabalhou uma vida inteira? Trabalhe mais um pouco, diz a agenda "positiva" de Renan. Jogar a conta da crise no colo dos aposentados é de uma covardia sem tamanho.

Redução das estatais. Utilizam já há tempos o caso de corrupção na Petrobras para atacar o patrimônio nacional. Agora, passaram do assédio especulativo à proposta efetiva de privatização das empresas. É a volta dos que não foram.

E tem mais. O problema para o desenvolvimento do país não é a concentração nababesca de renda ou os juros proibitivos. São as terras indígenas e a preservação do meio ambiente. Por isso, o pacote propõe rever os marcos jurídicos das reservas e acelerar as licenças ambientais, o "fast-track".

A agenda fala ainda em regulamentar a terceirização. Não fica claro se a questão é dar direitos aos atuais terceirizados ou ampliar a terceirização, ao estilo do PL 4330. Mas, tendo em vista a orientação dos pontos anteriores, não seria prudente apostar na primeira alternativa. O que deve estar em jogo é, sim, a ampliação indiscriminada da terceirização, contra os direitos trabalhistas. Como contrapeso na balança, Renan incluiu no projeto o aumento da alíquota do imposto sobre heranças e a segunda versão retirou a cobrança no SUS (Sistema Único de Saúde). Mas os pratos da balança mal se mexeram. A tônica da Agenda Brasil é dada pelo ataque a direitos sociais e a retrocessos institucionais sem precedentes.

Renan disse que o impeachment faria o país "pegar fogo". Se esta é a alternativa para evitar a convulsão social do impeachment será um tiro no pé. Produzirão uma convulsão social em proporções bem maiores. A saída para a crise política será agravar a crise social. Esta agenda antipopular colocará de fato fogo no Brasil.

4. "Agenda Brasil" é o fim das conquistas da Constituição de 1988

Publicado em 11/08/2015 08h08

[http://cebes.org.br/2015/08/agenda-brasil-e-o-fim-das-conquistas-da-constituicao-de-](http://cebes.org.br/2015/08/agenda-brasil-e-o-fim-das-conquistas-da-constituicao-de-1988/)



[1988/](http://cebes.org.br/2015/08/agenda-brasil-e-o-fim-das-conquistas-da-constituicao-de-1988/)

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL) e a equipe econômica do governo apresentaram ao país o que chamaram de "Agenda Brasil", um documento com 28 pontos que teriam como objetivo a "Melhoria do Ambiente de Negócios, Equilíbrio Fiscal e Proteção Social" segundo seus proponentes. Entre as propostas está a cobrança de serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) dos cidadãos classificados como os "mais ricos", de acordo com os dados do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). A proposta gerou grande consternação nos militantes e intelectuais do campo da saúde, porque o sistema público brasileiro tem como princípios a universalidade, integralidade e equidade, independente do poder de compra de serviços no mercado. A

presidente do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes), Ana Maria Costa, cravou que “as conseqüências disto são as piores e, em última, instancia criará dupla porta nos serviços do SUS que foram pensados para serem universais e equitativos. Ou seja, para ricos e pobres. No seu conjunto, estas propostas significam o fim das conquistas da Constituição cidadã de 1988”.

Em entrevista coletiva, a presidente Dilma Rousseff disse que as propostas da “Agenda” são convergentes com muitos dos interesses do governo e demonstram preocupação do Senado em “ajudar o país a superar a crise”.

Veja abaixo uma coletânea de notícias, de diferentes meios, publicadas pelo mídia (tradicional e alternativa) que ajudam a entender as propostas e detalham cada uma dos 28 pontos.

A ‘Agenda Brasil’, sugerida por Renan Calheiros | Agência Senado | [Aqui](#)

Dilma diz que propostas de Renan para retomada do crescimento são ‘agenda positiva’ para o país | O Globo | [Aqui](#)

Conheça a “Agenda Brasil”, tentativa do governo para debelar a crise | Blog do Fernando Rodrigues | [Aqui](#)

Agenda Brasil, de Renan, quer regular terceirizações e cobrar pelo SUS | Carta Capital | [Aqui](#)

Renan propõe “Agenda Brasil’ contra a crise | Brasil 247 | [Aqui](#)

Coletiva da presidenta Dilma sobre as propostas | [Aqui](#)

Ministro da Saúde diz ser inviável proposta de Renan para o SUS | O Estado de S. Paulo | [Aqui](#)

Cobrança no SUS é desastre e lembra a ditadura, diz ex-ministro da Saúde | Folha de S. Paulo | [Aqui](#)

“Agenda Brasil” de Renan atira no SUS e nas aposentadorias | Viomundo | [Aqui](#)

O Cebes coletou a manifestação de diversos intelectuais, militantes e integrantes de movimentos sociais que participaram ativamente da construção

do SUS e, hoje, são referência para as novas gerações na luta pelo direitos universais, como a saúde e educação, pela democracia.

Ana Maria Costa, presidente do CEBES

“Esse conjunto de medidas propostas pelo senador Renan Calheiros, o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, e demais associados é, de fato, a crise, pois submete o trabalho, os direitos sociais incluindo o direito à saúde ao capital e ao mercado. O pagamento no SUS significa a segmentação dentro do sistema público criado para ser universal e integral. Se já é crítica a situação da segmentação setorial na saúde hoje presente na perversa condição de convivência entre setor público e privado, essa proposta de pacote e medidas que institui o pagamento no SUS “aos que podem pagar” piora ainda mais a vida da população e deixa claro de qual lado estão os seus proponentes, que não é o dos interesses públicos e coletivos. As conseqüências disso são as piores e, em última instância, criará dupla porta nos serviços do SUS que foram criados para serem universais e equitativos, ou seja, para ricos e pobres. No seu conjunto estas propostas significam o fim das conquistas da Constituição cidadã de 1988 e as mudanças recentes promovidas pelo ‘lulismo’ cumprindo, rigorosamente à risca, a prescrição do liberalismo de varrer as possibilidades do estado de bem estar social preconizado pela nossa Carta Magna. Resistiremos. Vamos mobilizar e agregar todas as nossas forças populares contra o pagamento no SUS e contra os retrocessos dos direitos sociais.”

Rosa Maria Marques, presidente da ABrES

“Entre o conjunto de aspectos que chamam atenção naquilo que está sendo chamado de Agenda Brasil, não poderíamos deixar para amanhã nossa manifestação contrária à ideia da promoção de maior desvinculação da receita orçamentária e a instituição de cobrança pelas ações e serviços de saúde, conforme a faixa de renda do paciente. A primeira “sugestão” implica avançar no desmonte da Seguridade Social, que por força constitucional, tinha assegurado recursos de uso exclusivo. Este, dispositivo, já abalado pela DRU, é que permitia que as políticas sociais compreendidas pela Seguridade, bem como a Educação, não fosse absolutamente deixada de lado, quando outras razões motivavam o avanço sobre as receitas públicas. A segunda sugestão tem como resultado inevitável a completa segmentação da saúde pública, dentro de uma realidade na qual a saúde já se apresenta parcialmente segmentada, dada a importância assumida pelo setor privado e o (des)financiamento do SUS.”

José Gomes Temporão, diretor-executivo do ISAGS

“Lendo os tópicos relativos à saúde na tal Agenda Brasil custo a crer no que vejo. Ecos de um passado tenebroso voltam como o famigerado Plano Leonel Miranda e outras tentativas de privatização da saúde tão comuns na época da ditadura militar. Uma semana após a Abrasco ter aprovado a Carta de Goiânia e de divulgar um documento que discute em profundidade os impasses do financiamento do SUS e os rumos para a saúde brasileira, o governo propor como solução para o financiamento do SUS o co-pagamento de procedimentos por faixa de renda, soa como provocação! Carlos Gentile de Melo deve estar dando voltas no tumulto!! Todos sabemos que uma das distorções estruturais do financiamento é a

participação do gasto privado no gasto total. Essa proposta agrava ainda mais esse aspecto, além de não atacar nenhum dos problemas estruturais do financiamento da saúde no Brasil.”

Jairnilson Silva Paim, professor da UFBA

“Este é mais um “saco de maldades” contra o SUS, as terras indígenas, o meio ambiente, a previdência etc. É o preço a ser pago para o Senado não desestabilizar tanto o governo, como ameaçava. Mas a conta vai continuar aumentando, como a DRU em 30% e mais desvinculações de receita para fazerem a festa!”

Lucia Souto, diretora nacional do Cebes

Só com mobilização podemos barrar essa RETROCESSO inadmissível de liquidar com o princípio do direito universal à saúde. A ortodoxia neoliberal vem aumentando a pressão com seu diagnóstico de que as conquistas sociais da constituição de 1988 são insustentáveis e causa do não crescimento do Brasil , como tem falado um dos seus representantes, Samuel Pessoa.

Heleno Corrêa, diretor nacional do CEBES

Apoio a observação do Jairnilson com uma lembrança: _ A súbita virada da Globo de quem morde para quem assopra reflete a técnica policial de tortura. A Globo não mudou de posição. Continua sendo a ponta de lança das seguradoras internacionais no ramo da saúde e da previdência, que no Brasil ainda não foram totalmente privatizadas. A tal desta agenda contra o Brasil pode ser resultado semelhante ao da “carta aos brasileiros”. A carta foi a entrega da política monetária aos bancos com Henrique Meireles do Banco de Boston na presidência do BC. A “agenda” privatizadora pode ser a entrega da previdência social e do SUS para as seguradoras que tem capital na Globo e elegeram Cunha e Renan com apoio do baixo clero lobista do Congresso Nacional.

Acho que isso faz todo sentido sobre a assoprada editorial da Globo chamando de inconsequentes os discípulos do movimento golpista. Os lucros da Globo vem primeiro.

5. Renan se alia a Serra, golpeia Petrobras e é acionado no STF

Fonte: ATP - Ascom PDT / OM | 15 de agosto de 2015

Os senadores Telmário Mota (PDT-RR), Roberto Requião (PMDB-PR) e Lindbergh Farias (PT-RJ) deram entrada ontem (14/8) no Supremo Tribunal Federal a uma ação, com pedido de liminar, contra a decisão do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL) que – violando a Constituição e o Regimento Interno do Senado – alterou o número de integrantes da comissão especial formada para analisar o projeto do Senador José Serra (PLS-131) que tira da Petrobrás a condição de operadora única do pré sal e repassa às petrolíferas estrangeiras o direito da Petrobrás sobre os 30% do óleo produzido nas megajazidas do pré-sal.

Se antes havia maioria de senadores contrários ao projeto de Serra, após a intervenção de Renan a situação se inverteu: a minoria passou a ser maioria. O

projeto de Serra, sob a alegação de que a Petrobras não tem condições de explorar os bilhões de barris de petróleo existentes no pré-sal – estimados em trilhões de dólares - detona a Lei da Partilha sancionada pelo presidente Lula em 2010.

A Lei da Partilha entrou em vigor após mais de três anos de estudos e discussões no Governo e no Congresso, retomando para o Brasil, na camada pré-sal, a propriedade do petróleo que pela Constituição em vigor pertence à União, portanto a todos os brasileiros. Esta propriedade, pela Lei de Petróleo de 1997, sancionada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, no pós-sal, foi repassada as multinacionais que o extraem de nosso subsolo e se tornam proprietária dele, na proporção de 67%, em óleo. Deixam no país, em dinheiro, apenas os 10% sobre o valor do petróleo em royalties e mais 23% do valor dele, em impostos.

A Lei da Partilha – feita especialmente para o pré-sal brasileiro, a maior descoberta petrolífera do planeta nos últimos 20 anos - vem sendo combatida ferozmente pelas empresas estrangeiras do setor que atuam no Brasil - mais de 100 – desde a sua entrada em vigor. O PLS-131 de Serra, com o apoio de Renan, atende aos interesses dessas empresas.

O presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), também apoia o PLS-131 e já se comprometeu com Serra acelerar a tramitação do projeto na Câmara dos Deputados, tão logo ele consiga ser aprovado no Senado. Também são favoráveis a ele o atual Ministro das Minas e Energia, Eduardo Braga (PMDB-AM); e também o líder do governo no Senado, Delcídio Amaral (PT-MS), ex-diretor da estatal brasileira na gestão de FHC.

O senador José Serra apresentou o PLS-131 em janeiro último, conseguindo logo em seguida aprovar requerimento no colégio de líderes para que o projeto fosse votado no plenário sem passar pelas comissões do Senado – uma tramitação sumaríssima. Mas senadores nacionalistas questionaram a urgência e conseguiram – em uma sessão realizada na véspera do recesso de julho último - que fosse constituída uma comissão especial para, no prazo de 45 dias, estudar a questão e dar um parecer sobre o PLS-131, antes dele ser votado.

A urgência obtida por Serra foi derrotada em plenário com a assinatura de 46 senadores favoráveis a criação da comissão especial que já se reuniu por duas vezes em sessões tumultuadas, com forte embate entre as duas posições.

Com a manobra de anteontem, Renan inverteu o jogo na medida em que os senadores nacionalistas, que eram maioria, tornaram-se minoria. Também atropelando o Regimento Interno e a Constituição Federal, Renan designou à revelia dos senadores, dos partidos e dos blocos parlamentares - o presidente e o relator da comissão especial entre os aliados de Serra – os senadores Oto Alencar (PSD-BA) e Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

Por isso os senadores Telmário Mota (PDT-RR), Roberto Requião (PMDB-PR) e Lindbergh Farias (PT-RJ) entraram com a ação no Supremo Tribunal Federal (STF) nesta sexta (14/8), com pedido de liminar, para tentar reverter na Justiça a situação absurda criada pelo Renan.

Segundo a ação impetrada em nome dos parlamentares, “Não há dúvida de que, nos termos do art. 58, § 1º, da Constituição as vagas nas comissões, depois de apurada a proporcionalidade, pertencem aos partidos ou blocos

partidários. Portanto, cabe a estes escolherem quais parlamentares ocuparão as vagas que fizerem jus após a definição da proporcionalidade parlamentar”.

Diz também que “Do mesmo modo, a designação direta, pelo Presidente do Senado Federal, do parlamentar que irá presidir a comissão também representa contrariedade ao art. 58, § 1º, da Constituição da República. Afinal, permitir que o Presidente da Casa indique o presidente da comissão seria o mesmo que permitir que um determinado partido ou bloco, aquele ao qual pertence o Presidente da Casa, altere a proporcionalidade partidária constitucionalmente obrigatória”.

A ação relata ainda, ao pedir liminar, que por se tratar de uma comissão especial, temporária, “o tempo consolidará as ofensas ao direito líquido e certo dos Impetrantes”.

E destaca: “Segundo, conforme narrado no início desta peça, já foram realizadas duas sessões. A primeira no dia 5.8.2015 e a segunda no dia 12.8.2015, estando prevista uma terceira para o dia 19.8.2015. Mesmo diante dos apelos dos Impetrantes e de outros prejudicados pelos atos do Presidente do Senado, foram aprovados 14 requerimentos, conforme os documentos anexos. Desse modo, a CTPLS131 está em pleno funcionamento com membros ilegitimamente indicados e designados pelo Presidente do Senado”.

Assinala também que o senador Telmário Mota “tem o legítimo interesse, fundado na Constituição, de integrar a Comissão como membro titular, bem como todos os Impetrantes têm o legítimo interesse de participar de votação para a presidência da comissão”.

Por fim, os três senadores solicitam ao Supremo Tribunal Federal o “deferimento de medida liminar, com fundamento no art. 7º, inc. III, da Lei 12.016/2009, determinando-se a suspensão dos trabalhos da Comissão Especial para Análise do PLS nº 131, de 2015 – CTPLS131 até o julgamento final do presente mandado de segurança, de modo a evitar que mais atos legislativos sejam praticados por parlamentares ilegitimamente designados pelo Presidente do Senado Federal”.

Conclui solicitando “a concessão da ordem para declarar a nulidade dos atos de indicação e designação direta do Presidente do Senado Federal (...) por caracterizar ofensa aos princípios inseridos no art. 58, § 1º, da Constituição da República”.

6.A xepa de feira de Renan, Dilma e Levy

Renan está coberto pelo plano de saúde do Senado. Ano passado, ele custou R\$ 6,2 milhões. É vitalício, cobre qualquer cidadão que tenha sentado na cadeira por 180 dias

Elio Gaspari, O Globo 16/08/2015 -

<http://noblato.globo.com/geral/noticia/2015/08/xepa-de-feira-de-renan-dilma-e-levy.html>

A "Agenda Brasil" de Renan Calheiros, Dilma Roussef e Joaquim Levy é uma xepa de feira. Seu objetivo é iludir a boa fé do público e alimentar a má fé de maganos que circulam por trás das cortinas do poder. Na segunda-feira tinha 27 itens, na quarta eram 43. Pelo menos dezenove tratam de assuntos que já tramitam no Congresso. Uma das oito novidades apresentadas na primeira versão era o maior jabuti dos tempos modernos. Propunha "avaliar a possibilidade de cobrança diferenciada de procedimentos do SUS (...), considerando as faixas do Imposto de Renda". Dias depois, o bicho sumiu. Como jabuti não sobe em árvore, resta saber quem o pôs lá. Pode ter sido um maluco ou, quem sabe, alguém preocupado com a possibilidade de hoje haver pouca gente na rua gritando contra o governo e o Congresso.

Na quarta-feira trocaram o jabuti por uma girafa. Agora, a Agenda Brasil propõe "regulamentar o ressarcimento pelos associados dos planos de saúde, dos procedimentos e atendimentos realizados pelo SUS". Essa frase só tem um significado, absurdo. Não são os associados que devem ressarcir o SUS, são as operadoras. Se ao final das contas uma parte desse custo vai para os clientes, é outra história. Os associados dos planos são clientes, não são sócios dos bilionários dos planos. Se fossem sócios, teriam recebido algum dinheiro quando a Amil foi vendida por US\$ 4,9 bilhões à United Health.

Arma-se uma situação na qual um sujeito tem plano de saúde, paga suas mensalidades e, por algum motivo, é atendido na rede pública. Como Renan, Dilma e Levy querem que seja regulamentado o ressarcimento "pelos associados", o que está escrito indica é que a patuleia pagará tudo, três vezes. A primeira, quando seus impostos financiam o SUS. A segunda, quando ele financia a operadora do seu plano. A terceira quando seria obrigada a ressarcir a rede pública por ter ido a ela. Bastava que tivessem escrito "ressarcimento, pelos planos de saúde". Mesmo com essa mudança teriam produzido uma redundância, pois o assunto já está regulado. O artigo 32 da Lei 9.656 não menciona "associados", mas "operadoras".

No coração dessa história está a palavra "ressarcimento", contra a qual os barões das operadoras lutam desde o século passado. Eles não querem ressarcir o SUS quando um de seus fregueses é atendido (ou desovado) na rede pública. Em 1998 o Congresso aprovou a lei que instituiu essa cobrança. Na tramitação, ela foi desossada. Pelo que está em vigor, se um cidadão tem um acidente automobilístico, sofre um traumatismo craniano, é levado para um pronto-socorro público e passa pela cirurgia que lhe salva a vida, o plano de saúde nada devolve ao SUS. Já o hospital cinco estrelas, para onde ele é removido dias depois, cobra do plano até o copo d'água. A Viúva fica com 80% dos custos hospitalares e não recebe um centil. (Dois detalhes: as equipes de resgate são obrigadas a levar os acidentados para hospitais públicos. Ademais, é só lá que certamente haverá neurocirurgões de plantão.)

Além de desossada, a lei do ressarcimento é comida por dentro. Numa frente as operadoras judicializaram-na, sustentando que é inconstitucional. Noutra, beneficiadas por anos de inoperância da Agência Nacional de Saúde Suplementar, remançam os pagamentos. Nos primeiros sete anos de vigência

da lei, pagaram apenas R\$ 70 milhões. Entre 2000 e 2009, a ANS cobrou R\$ 310 milhões relativos a internações e só recebeu R\$ 110 milhões. Pior: entre 2007 e 2009, ela conseguiu ter uma arrecadação declinante. No ano passado esse número melhorou, chegando-se a arrecadar R\$ 393 milhões só com internações.

Se Renan e Dilma quiserem arrecadar mais, podem se alistar publicamente na aplicação rigorosa da atual lei do ressarcimento e na elaboração de um novo projeto que lhe restaure a ossatura. Nenhum dos dois é freguês do SUS. Renan está coberto pelo plano de saúde do Senado. No ano passado, ele custou R\$ 6,2 milhões. É vitalício, garante os dependentes e cobre qualquer cidadão que tenha sentado na cadeira por 180 dias. Já a doutora Dilma, quando precisa, tem o hospital Sírio Libanês.



Elio Gaspari é jornalista